

# Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Hora de arrumar a casa e conter crises</b>	2
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>O pesadelo dos subsídios</b>	4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Com dólar em alta, importação maior ajuda na meta fiscal</b>	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL <b>Saúde mental no trabalho: mudanças na legislação exigem nova postura (Artigo)</b>	10
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Brasil entre riscos e oportunidades em um cenário de incertezas (Artigo)</b>	12
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Brasil é solução, aponta Alckmin</b>	14
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA <b>Veto a ponto da reforma tributária traz apreensão a gestoras</b>	16
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA <b>O que temos a comemorar na reforma tributária?</b>	18
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Dívida pública preocupa, mas não é insustentável (Artigo)</b>	19
O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>O governo acertou ou errou ao recuar na crise do Pix?</b>	20
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Promessa de uma nova 'era dourada' embute riscos</b>	22
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Mundo está perdendo a guerra contra a desigualdade, diz Oxfam</b>	24
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>'Para Trump, não precisamos mais de uma ordem mundial baseada em regras'</b>	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA <b>O Brasil diante de Trump - HENRIQUE MEIRELLES</b>	29

# Hora de arrumar a casa e conter crises

**VICTOR CORREIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reúne seus ministros hoje, em uma tentativa de organizar a casa após sucessivas crises.

O encontro será realizado na Granja do Torto, residência de campo da Presidência da República, local da última reunião ministerial, em dezembro. Desde então, o governo enfrenta problemas como a disparada do dólar - acima de R\$ 6 -, **inflação** superior ao teto da meta, pressões por mudanças na Esplanada e, mais recentemente, a derrota promovida por notícias falsas sobre a fiscalização do Pix.

O ano que marca a metade do terceiro mandato de Lula não começa bem. O encontro ministerial ocorre no mesmo dia em que o Banco Central preparou uma intervenção no câmbio como tentativa de conter a alta do dólar. A medida é apontada como preventiva, tendo em vista o retorno de Donald Trump à Casa Branca.

Na reunião, o presidente deverá fazer cobranças a seus ministros, exaltar publicamente o que foi entregue até agora e discutir as prioridades para os próximos dois anos. Vale ressaltar que 2025 é ano pré-eleitoral, ou seja, crucial para que Lula consiga se reeleger ou encampar um sucessor em 2026. Em ano de eleição, também fica mais difícil fazer grandes entregas.

Os 38 titulares do primeiro escalão da Esplanada foram convocados, e espera-se a participação completa. Três dos ministros tiveram suas férias interrompidas na quinta-feira passada para participar do encontro: Carlos Lupi, da Previdência, Marcos Antonio Amaro, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, também volta de férias. Para alguns, será a última reunião ministerial, já que Lula prepara trocas em sua equipe a partir do próximo mês, especialmente após a eleição das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. O encontro começará cedo pela manhã, às 9h, e deve durar o dia inteiro.

Lula prepara as mudanças para acomodar forças políticas do Congresso.

Partidos de Centrão, especialmente, cobram mais espaço - afinal, foram os que mais avançaram sobre

os municípios nas eleições de 2024. Reclamam ainda da presença do PT, que tem 12 dos 38 ministérios, o que não seria condizente com seu tamanho no Legislativo.

A legenda comanda, inclusive, quase todas as pastas - com exceção agora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), chefiada pelo marqueteiro Sidônio Palmeira, que não é filiado, mas tem relação próxima com o partido do presidente.

Um dos ministros que pode deixar o cargo é o chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, uma vez que partidos do Centrão reivindicam a articulação política do governo.

O ministro, porém, é homem de confiança de Lula, e integrantes do governo acreditam que ele será remanejado se perder o posto. Pode assumir a Saúde, de Nísia Trindade, pasta que já comandou no governo Dilma.

Dois outros titulares sinalizaram que podem sair voluntariamente do governo. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, informou a sua intenção ao presidente Lula. Múcio considera que cumpriu sua função de reduzir os conflitos entre o governo e militares, especialmente em meio às investigações da Polícia Federal que envolveram oficiais de alta patente, suspeitos de coordenarem um golpe de Estado. De fato, sua atuação é bem vista nas Forças Armadas. O mais cotado para o substituir, caso a saída se confirme, é o vice-presidente Geraldo Alckmin, que teria que deixar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), que também comanda.

Afagos

A mesma sinalização de saída foi dada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Nesse caso, um dos mais cotados para assumir a função é o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que deixará o cargo em fevereiro. Na quinta-feira, durante a sanção da regulamentação da **reforma tributária**, uma troca de afagos entre Pacheco e Lula chamou a atenção em meio à possibilidade de o senador assumir uma pasta da Esplanada. Ele defendeu o governo na onda de fake news envolvendo o Pix, e fez elogios ao presidente.

"Tive a honra de dar posse ao presidente

legitimamente eleito pelo povo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma festividade memorável de coroamento da preservação da democracia do nosso país", afirmou Pacheco. "A partir da escolha legítima do povo brasileiro, de quem deveria ser seu presidente da República, recaindo, pela terceira vez, sobre os ombros do presidente Lula essa missão", acrescentou.

#### Ajuste

Será a primeira reunião com o recém- empossado ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Sidônio Palmeira, que assumiu com o objetivo de unificar a comunicação dos ministérios e tentar reverter a baixa popularidade do governo. No dia em que tomou posse, o publicitário confirmou que vai buscar as assessorias de comunicação dos ministérios para padronizar os informes, e destacou que a divulgação não é tarefa apenas da Secom.

"Não adianta um ministro atirar para um lado, e o outro, para o outro.

Vamos fazer isso, a reunião (de alinhamento).

É um esforço grande. Temos que estar junto com as Ascoms (assessorias de comunicação) procurando apoio, pegando as informações", declarou a jornalistas.

O governo vai rever as estratégias utilizadas para anunciar novas medidas, após a crise instaurada por mudanças na **Receita Federal** da fiscalização do Pix. Embora o governo nunca tenha falado em taxação do pagamento instantâneo, notícias falsas foram divulgadas nas redes sociais nesse sentido, que ganharam tração e forçaram - após ação coordenada da oposição - a revogação da medida.

Além de reformular a equipe da Secom e anunciar uma nova licitação para contratar empresas especialistas em comunicação digital, Sidônio quer dar destaque a áreas como a Educação e a Saúde, especialmente programas como o Pé-de-Meia, que tiveram efeito positivo na popularidade do governo.

#### Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6893/20-01-2025.html?all=1>

# O pesadelo dos subsídios

**ROSANA HESSEL**

Enquanto o mercado financeiro, que é o maior credor da dívida pública, segue pressionando o governo para que ele faça um ajuste fiscal robusto para reduzir o endividamento público, os subsídios voltam a subir e a pesar de forma expressiva no Orçamento.

Essa despesa dificilmente é atacada e revista como houve promessas de vários governos, sem sucesso. E essa fatura está cada vez mais salgada e, em 2022, voltou a ficar acima do patamar de 6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que foi atingido entre 2015 e 2016, no meio da recessão do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

O mantra dos especialistas em contas públicas é que melhorar a qualidade dos gastos é fundamental para a retomada do equilíbrio fiscal. Portanto, controlar os gastos com subsídios e rever aqueles que não são essenciais e muito menos dão retorno para a atividade econômica deveria ser o básico para qualquer gestor público. Mas, conforme os dados do Painel do Orçamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), os gastos totais com subsídios, que incluem renúncia fiscal, ou gastos tributários, além das isenções financeiras e creditícias - que não aparecem explicitamente no Orçamento -, voltaram a crescer desde 2019, - primeiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - e somaram quase R\$ 650 bilhões em 2023. Esse montante representa um salto de 1.174,5% em 20 anos e de 116% desde 2013, quando essa conta somava R\$ 301 bilhões, ou 5,6% do **PIB**.

Os dados consolidados de 2024 ainda não estão fechados. Mas, pelos cálculos do especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, o percentual de 6% se repetirá, pelo menos até 2025. E, se considerarmos as projeções para o **PIB** nominal do Tesouro Nacional, de R\$ 11,6 trilhões, em 2024, e de R\$ 12,5 trilhões, em 2025, estamos falando em um volume de despesas de R\$ 696 bilhões e de R\$ 750 bilhões, respectivamente.

## Diagnóstico

Os incentivos fiscais estão entre as despesas que mais pesam no Orçamento da União, ao lado da conta de juros da dívida pública e do rombo da **Previdência Social**. No acumulado de janeiro a novembro, conforme dados do Tesouro, o rombo da Previdência cresceu 7,2% em relação ao mesmo período de 2023,

para R\$ 307,8 bilhões. Logo, esse deficit, que é bastante expressivo, é praticamente a metade do total de subsídios pagos em 2023.

O diagnóstico de que é preciso revisar os subsídios é conhecido, e no governo Michel **Temer** (MDB), com a regra do teto, estava prevista a redução dos gastos tributários pela metade ao longo da vigência do marco fiscal, passado de 4% do **PIB** para 2% até 2026. Com isso, houve uma redução nos subsídios até 2018, mas, desde 2019, quando a regra do teto passou a ser burlada, essa conta só cresceu. E, se considerarmos a manutenção dessa taxa de 6% para o **PIB** nominal previsto pelo Tesouro em 2026, de R\$ 13,4 trilhões, será possível que essa conta chegue a R\$ 804 bilhões. Esse valor chega perto à conta de juros nominais, de R\$ 918,1 bilhões, o equivalente a 7,8% do **PIB**. Esse indicador contribuiu para o deficit nominal - que mede a necessidade de financiamento do setor público consolidado (que inclui os governos federais e regionais e estatais federais) -, alcançar a cifra de R\$ 1,1 trilhão, ou 9,5% do **PIB**, no mesmo intervalo.

Conforme previsão do governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) deste ano - que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional - apenas os gastos tributários devem somar R\$ 543,7 bilhões, ou seja, 72,5% do total de subsídios, dado 3,8% acima dos R\$ 523,7 bilhões previstos para 2024.

No Ploa de 2025, o maior gasto tributário, de R\$ 120,9 bilhões, é destinado ao Simples Nacional e R\$ 51,4 bilhões para a desoneração da cesta básica - quase o dobro do ano passado: R\$ 39 bilhões.

Outras despesas de destaque nessa rubrica são os incentivos fiscais para a agricultura e a agroindústria (R\$ 83,1 bilhões), para entidades sem fins lucrativos, como igrejas (R\$ 45,5 bilhões), para as deduções do Imposto de Renda (R\$ 34,7 bilhões) e para a Zona Franca de Manaus (R\$ 29,9 bilhões).

Olhando para o histórico dos gastos com subsídios pela União, o fim do teto de gastos tem contribuído para esse aumento expressivo dos subsídios. No governo Michel **Temer** (MDB), devido à entrada em vigor do teto de gastos - que previa redução dos subsídios pela metade ao longo do período de vigência da emenda constitucional, que foi derrubada em 2023 e substituída pelo arcabouço fiscal - foi possível ver alguma queda tímida, após o pico de 6,7% do **PIB** de 2015, quando a conta total de

subsídios somou R\$ 399 bilhões. Após o piso de R\$ 333 bilhões, em 2018, a rubrica voltou a crescer no primeiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e continuou aumentando no primeiro ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (Ver quadro) Os subsídios são uma conta que nenhum governo conseguiu atacar devido aos lobbies contrários, principalmente.

O MPO tem um grupo de trabalho para revisão de gastos, mas ainda não apresentou um programa consistente. No Ploa deste ano, a pasta prevê uma redução de despesas tímida, porque ataca apenas fraudes na concessão de benefícios.

Procurados, o Ministério do Planejamento e o Tesouro Nacional não retornaram até o fechamento desta matéria.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), os gastos de subsídios totais acabam sendo uma estimativa devido aos creditícios, que são estimativas e dependem de hipóteses adotadas e da metodologia.

"Essas projeções são crescentes, mas a transparência é descrente, ou seja, falta publicar as memórias de cálculo e explicar melhor as suposições", afirma Afonso, um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"O crescimento do volume de subsídios tributários, financeiros e creditícios, tanto em valores nominais quanto em proporção do **PIB**, revela que, apesar de medidas pontuais para reverter uma ou outra renúncia fiscal, o resultado geral ainda é tímido", afirma Barros.

Ele lembra que, após atingir 4,7% do **PIB**, ou R\$ 439 bilhões em 2020, no meio da pandemia da covid-19, houve expansão desse gasto para 6% do **PIB** em 2023 e esse patamar deve se manter estável.

E ainda acrescenta que houve piora expressiva de vários indicadores fiscais e o quadro se assemelha, "em larga medida" ao governo Dilma.

"As renúncias tributárias respondem por aproximadamente 80% deste volume e, a despeito da **reforma tributária** sobre o consumo, parte notável dos setores que hoje se beneficiam de regimes especiais, assim permanecerão após a implementação da reforma", lamenta Barros. A recente mudança do sistema de **impostos** vai criar o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, com alíquota "em torno" de 28% - devido às renúncias tributárias -, acima da Hungria, de 27%, conforme dados da Organização para Cooperação do Desenvolvimento

Econômico (OCDE).

Dificuldades

Manoel Pires, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) e da Fundação Getulio Vargas (FGV), também reconhece que é preocupante o aumento dessa conta, especialmente os creditícios, que voltaram a crescer, mas não com a mesma intensidade do passado.

"Os subsídios creditícios não têm publicidade e, por isso, a importância desse estudo que o pessoal faz, é para dar publicidade nessa parte fiscal. Mas essa questão dos subsídios, nenhum governo conseguiu atacar direito", ressalta. Ele lembra que o maior volume de subsídios creditícios ocorre nos empréstimos com juros subsidiados dos bancos públicos e, no passado, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que em média representavam 2% do **PIB**, chegou a 4% do **PIB**, quando o banco aumentou a carteira de forma expressiva, a partir de 2010. "Do ponto de vista fiscal, esse gasto está mais controlado. Chegou a cair para 0,7% do **PIB** e, atualmente, está em uma proporção menor, de 1,1% do **PIB**", explica.

Na avaliação de Pires, se o governo conseguir implementar um controle no crescimento da despesa, será possível ver um desempenho fiscal pouco melhor do que o esperado pelo mercado.

Ele reconhece ainda que, com o pacote fiscal, o quadro melhorou um pouco com a imposição de um limite para o aumento real do salário mínimo, enquadrado ao do arcabouço fiscal, de 2,5% acima da **inflação**. "Isso é positivo e, portanto, o estado efetivo das contas públicas é melhor do que quando não havia o pacote. A questão principal, no entanto, é a expectativa para a dívida pública, que continua muito ruim. Espero que o governo, a despeito de ter apresentado o pacote fiscal, reconheça que os desafios permanecem e que o que motivou as autoridades a fazerem o primeiro ajuste fiscal deve continuar para o processo de concertação das contas públicas", defende. Para Pires, ao contrário do mercado financeiro, ele não acredita que o governo está entregando os pontos, principalmente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Neste ano, o governo vai precisar fazer novo contingenciamento de despesas para conseguir cumprir a meta fiscal, a exemplo do que ocorreu em 2024", afirma. O especialista em contas públicas ainda reconhece que, com a restrição orçamentária dos primeiros meses até a aprovação do Ploa na volta dos trabalhos - pois o governo só poderá gastar 1/12 da previsão de empenho do Ploa até que o Orçamento seja aprovado, provavelmente, em abril, a tendência é que o resultado



primário deste ano "poderá ser um pouco melhor" do que as projeções iniciais.

Dívida crescente

Pelos cálculos de Felipe Salto, economista- chefe da Warren Investimentos, como a **inflação** oficial rompeu o teto da meta em 2024, a nova trajetória dos juros é de alta, com indicação de a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 12,25% ao ano, chegar em 14,25% em março, logo isso, "dificulta ainda mais a estabilização da dívida pública".

Apesar de acreditar que o governo conseguirá cumprir a meta fiscal deste ano, entregando um deficit primário dentro do limite de 0,25% do **PIB**, ele prevê ainda saldos negativos nas contas de 2025 e 2026, de 0,6% e de 0,8% do **PIB**, respectivamente. "A dívida bruta sobe continuamente, a taxas decrescentes, alcançando 96,4% do **PIB** em 2034.

As projeções, dessa maneira, reforçam a necessidade de esforço fiscal estrutural para garantir um desempenho econômico positivo sustentado", alerta.

De acordo com dados do Banco Central, em novembro, a dívida pública bruta bateu novo recorde em valores, totalizando R\$ 9,091 trilhões, o equivalente a 77,7% do **PIB** - dado 0,1 ponto percentual inferior à taxa de outubro, quando somou R\$ 9,032 trilhões.

A especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da LRF, avalia que os tropeços do governo com o anúncio do pacote fiscal e, mais recentemente, com revogação da medida de fiscalização da **Receita Federal** nas operações via Pix, mostra que esse governo não tem uma postura firme e, por conta disso, é crescente a desconfiança do mercado. Ela lembra que até as projeções recentes do Tesouro confirmam deterioração das contas públicas, mesmo com expectativas de aumento de receita, mas sem reduções de despesas, e que não sustentam uma previsão de superavit primário até 2026. "O país vem registrando deficit desde 2014 e o governo precisará rever a relação entre o Executivo e o Legislativo para administrar essa situação", orienta a economista.

\*\*

"O crescimento do volume de subsídios tributários, financeiros e creditícios, tanto em valores nominais quanto em proporção do **PIB**, revela que, apesar de medidas pontuais para reverter uma ou outra renúncia fiscal, o resultado geral ainda é tímido"

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX

Investimentos

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6893/20-01-2025.html?all=1>

## Conta salgada

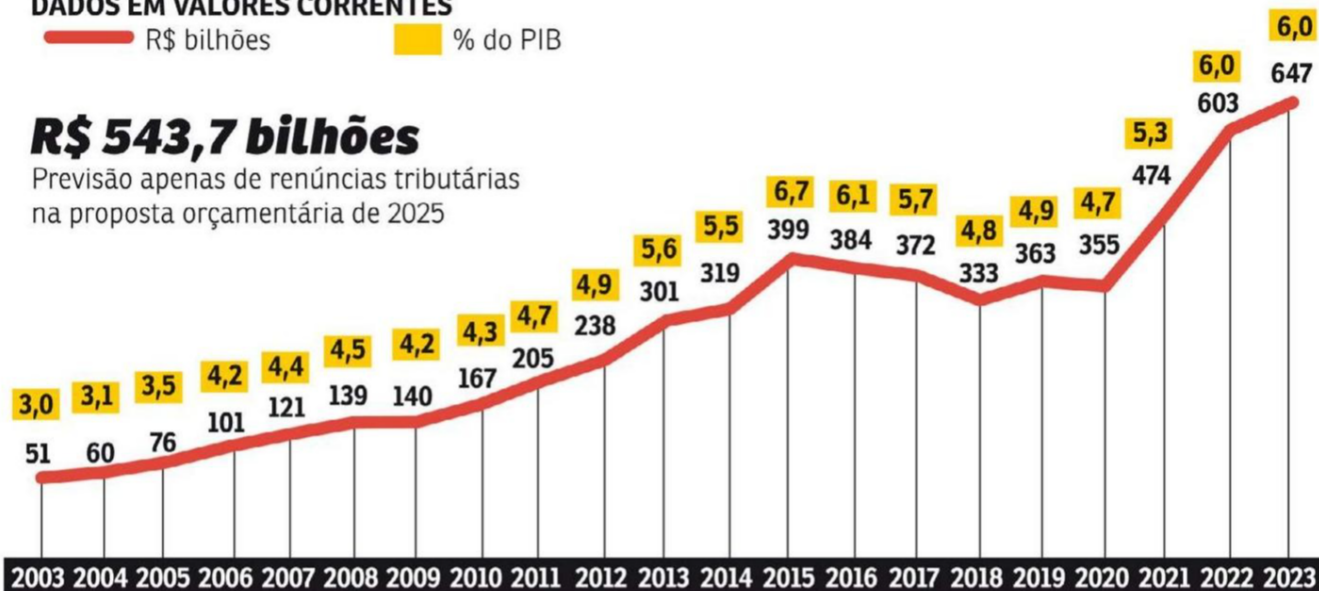
Os gastos do governo federal com subsídios não param de crescer e atingem patamares preocupantes

### DADOS EM VALORES CORRENTES

— R\$ bilhões      ■ % do PIB

## R\$ 543,7 bilhões

Previsão apenas de renúncias tributárias na proposta orçamentária de 2025



\*inclui: gastos tributários, financeiros e creditícios

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento/Painel do Orçamento e Ploa 2025



# Com dólar em alta, importação maior ajuda na meta fiscal

*Estevão Taiar De Brasília*

Os produtos importados vêm ajudando o governo federal a se aproximar do cumprimento da meta de resultado primário, em um movimento influenciado pelo crescimento da atividade econômica e também pelo aumento de alíquotas.

O valor de bens importados pela economia brasileira alcançou no ano passado US\$ 262,5 bilhões, alta de 9% em relação a 2023 e o segundo maior valor da série histórica, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Já a arrecadação federal ligada à importação observada entre janeiro e novembro de 2024 teve alta real, já descontada a **inflação**, de 31,6% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 98,3 bilhões, de acordo com a **Receita Federal**. Segundo o Fisco, o movimento pode ser explicado pela alta de três fatores principais: 9,6% no valor em dólar das importações; 6,5% na taxa média de câmbio; 20,6% e 8,5% nas respectivas alíquotas do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado às importações.

De acordo com números levantados pelo Valor na série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no acumulado de 12 meses até outubro, as receitas com o Imposto de Importação atingiram R\$ 72,4 bilhões, alta real de 23,4% em relação ao mesmo período de 2023.

As alíquotas do Imposto de Importação variam de produto para produto e são geralmente decididas a cada mês pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) - órgão presidido pelo Mdic e do qual também fazem parte outros seis ministérios, entre eles Fazenda, Defesa e Agricultura e Pecuária.

Mudanças nas alíquotas têm, a princípio, objetivos regulatórios e não de arrecadação. Em novembro, por exemplo, a Camex reduziu para zero as alíquotas que incidem sobre 13 produtos pertencentes a diversos setores, como medicamentos para tratar câncer de próstata, insumos usados na produção de luvas médicas, e defensivos agrícolas. Simultaneamente, aumentou as alíquotas para insumos de vidro para fins industriais e células fotovoltaicas usadas em painéis solares, alegando a necessidade de "fortalecimento da produção local e geração de empregos no Brasil".

"A melhora da renda e do trabalho e o crescimento econômico bastante significativo geraram esse impacto [aumento das importações da economia brasileira]", afirma José Ronaldo de Souza Jr, economista-chefe e sócio da Leme "Economia aquecida demanda mais bens importados" Herlon Brandão Consultores e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). O mercado estima crescimento de 3,49% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024, segundo a edição mais recente do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC).

Também pesou para o crescimento da arrecadação ligada às importações no ano passado a implantação do programa Remessa Conforme, que a partir de agosto passou a cobrar alíquotas sobre compras virtuais vindas do exterior: 20% para aquisições de até US\$ 50 e 60% para aquisições entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil. Em setembro, o Ministério da Fazenda calculava que, com as mudanças, R\$ 700 milhões entrariam nos cofres da União até o fim de 2024.

Esses movimentos vêm ajudando o governo federal a se aproximar da meta de resultado primário para o ano passado: déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 28,8 bilhões. O Ministério da Fazenda projeta que o resultado será de déficit de 0,1% do **PIB** - dentro, portanto, do intervalo da meta.

Outros fatores também ajudaram a aumentar a arrecadação do governo federal até novembro, mas com crescimento proporcional menor do que as receitas ligadas ao desembarque de bens. Impulsionados pela atividade econômica aquecida e por mudanças na legislação, os recursos arrecadados por meio do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) tiveram alta de 19,2%, em termos reais. Já a receita previdenciária, influenciada pelo mercado de trabalho aquecido, cresceu 5,6%.

Para 2025, o Mdic calcula que as importações ficarão em um intervalo que vai de US\$ 260 bilhões a US\$ 280 bilhões - um nível semelhante ou até superior ao do ano passado, como destacou em entrevista coletiva concedida recentemente o diretor de



Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior da pasta, Herlon Brandão.

"Vemos a economia interna continuando aquecida", afirmou, mencionando estimativas de que o **PIB** crescerá mais de 2% neste ano. "Isso demanda mais bens importados", disse também, destacando perspectivas positivas para os desembarques de insumos, depois da expansão do setor de bens de capital obser vada no ano passado, e adubos e fertilizantes, dado o crescimento do setor agropecuário.

Economista da 4intelligence, Bruno Lavieri calcula que, mesmo sem aumento de alíquotas, a arrecadação federal ligada a importações alcançará R\$ 123,3 bilhões em 2025, alta real de aproximadamente 10% na comparação com 2024. A projeção é baseada em estimativas de importações de US\$ 275,7 bilhões, alta de 5%, e câmbio médio mais desvalorizado. Ainda que o câmbio mais desvalorizado possa diminuir o volume importado, o preço em dólar dos desembarques tende a aumentar, o que também pode elevar a arrecadação correspondente.

"Há uma tendência de alta da arrecadação com importações [para 2025]", diz Lavieri, embora faça a ressalva que as projeções não levam em conta mudanças significativas na pauta das compras vindas do exterior.

Procurado, o Mdic sugeriu que a **Receita Federal** fosse consultada. A Receita não respondeu até a conclusão desta edição.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50896&maxTouch=0>**

# Saúde mental no trabalho: mudanças na legislação exigem nova postura (Artigo)

**ANA CAROLINA PEUKER E ANA DOMINGUES**

ANA CAROLINA PEUKER Membro da Comissão Intersetorial de RH e Relações de Trabalho e da sua Câmara Técnica - Conselho Nacional de Saúde, membro do comitê consultivo no Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU

ANA DOMINGUES Membro do conselho consultivo no Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU

Nos últimos anos, a saúde mental emergiu como tema central nas discussões sobre o ambiente de trabalho. Conversas sobre burnout, ansiedade, depressão e risco de suicídio, agravados pelo ambiente profissional, são cada vez mais comuns. Esse cenário reflete uma crescente conscientização, mas também a necessidade de avanços.

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que entra em vigor neste ano, exige que as empresas incluam o gerenciamento de riscos psicossociais. Além de ser uma exigência legal, isso representa uma oportunidade para repensar o cuidado com o capital humano nas organizações.

Em um cenário onde ESG (Environmental, Social, and Governance) é cada vez mais relevante, integrar a saúde mental à estratégia empresarial é um compromisso com a vida humana, o compliance e a sustentabilidade do negócio.

No Brasil, transtornos de saúde mental são responsáveis por 38% de todas as licenças no **INSS**, e essa realidade tende a se agravar. Falta maturidade nas organizações para tratar o tema que deveria ser parte da visão estratégica do negócio. Há muita desinformação e confusão.

Algumas empresas assumem responsabilidade em demasia e outras confiam que apenas campanhas motivacionais ou benefícios em prol do bem-estar dos colaboradores são a solução, mas, quando isoladas, essas ações são insuficientes.

A transformação requer líderes que cuidem de si mesmos e consigam entender seus liderados.

Conselhos e diretorias precisam estar preparados para lidar com essas questões.

Felizmente, o cenário parece estar se transformando.

Neste ano, todas as empresas no Brasil deverão adotar práticas para evitar o adoecimento mental de seus trabalhadores, conforme determinação do Ministério do Trabalho.

A Portaria MTE nº 1.419 atualiza a NR-1 para reconhecer os riscos psicossociais como parte das condições de trabalho. Esses riscos, como assédio, elevadas demandas e baixa autonomia, estão associados a problemas graves, incluindo o risco de suicídio.

A norma exige que empresas incluam medidas de controle e monitoramento dos fatores psicossociais, o que abre espaço para a reavaliação de práticas internas. Nesse contexto, a ISO 45003:2021 é a primeira norma global que fornece orientação prática sobre a gestão da saúde psicológica no local de trabalho, como parte de um sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho.

Oferecer apenas soluções pontuais de apoio psicológico não resolve. A verdadeira transformação vem com uma abordagem preventiva, com gestão sistemática dos fatores de risco psicossociais para avaliar as causas do adoecimento.

Além de promover proteção psicológica e maior engajamento, a prevenção reduz o estigma associado à saúde mental e cultiva equipes com maior capacidade adaptativa.

Empresas que investem na gestão de riscos psicossociais estão mais preparadas para enfrentar desafios organizacionais e crises, sejam elas climáticas, sanitárias, sejam econômicas. A promoção da saúde mental fortalece a capacidade de lidar com eventos complexos, como a pandemia de covid-19, que gerou reflexos, ainda presentes, no estado emocional da população.

Os impactos financeiros relacionados à saúde mental são significativos. A OMS estima que os transtornos mentais custam à economia global cerca de US\$ 1 trilhão por ano em perda de produtividade. O Fórum Econômico Mundial projeta custos globais de US\$ 6 trilhões até 2030, destacando a urgência do

investimento na área de saúde mental.

Criar ambientes no trabalho que garantam segurança emocional é urgente. E cada cultura organizacional precisa de programas customizados.

Empresas que resistem a investir em cuidados com as pessoas acabarão enfrentando desafios maiores no futuro. A desinformação e o estigma também precisam ser combatidos - a subnotificação de casos perpetua o adoecimento. Para implementar uma estratégia preventiva eficaz, é fundamental contar tanto com profissionais de saúde mental capacitados, quanto ferramentas eficientes, como as que utilizam inteligência de dados. Assim, gestores conseguem antecipar problemas e implementar soluções custo-efetivas.

Nos novos tempos, não há mais espaço para ambientes tóxicos, pessoas exaustas, perda de talentos e vidas por condições mentalmente insalubres.

É necessário compreender que a proteção psicológica dos colaboradores está intimamente ligada ao sucesso das operações.

As mudanças na legislação são importantes, mas o verdadeiro desafio é vencer o estigma e transformar empresas em ecossistemas genuínos de cuidado, onde a saúde mental é valorizada não apenas por obrigação legal, mas como parte essencial da preservação da vida. O momento de evoluir é agora, para que o futuro dos negócios seja tão promissor quanto o potencial humano que os sustenta.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
Saúde mental no trabalho: mudanças na legislação exigem nova postura

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6893/20-01-2025.html?all=1>**

# Brasil entre riscos e oportunidades em um cenário de incertezas (Artigo)

**REGINALDO NOGUEIRA**

REGINALDO NOGUEIRA Diretor Nacional do Ibmecc

O ano de 2025 começa para o Brasil em um contexto de desafios internos e pressões externas que testam a resiliência de sua economia. Com a **inflação** em alta, ajustes fiscais pendentes e um cenário global mais incerto, o país precisa equilibrar crescimento econômico e estabilidade financeira.

Apesar das dificuldades, também há oportunidades para fortalecer as bases do desenvolvimento, caso decisões estratégicas sejam tomadas com foco no longo prazo.

No plano interno, a economia brasileira vive um momento de superaquecimento. O desemprego está em níveis historicamente baixos, enquanto a demanda cresce mais rápido do que a oferta, pressionando os preços. Nesse contexto, o Banco Central terá que tomar medidas para desacelerar o ritmo de crescimento em 2025 e 2026, com o objetivo de trazer a **inflação** de volta à meta de 3% ao ano.

Esse ajuste será essencial para garantir a estabilidade econômica no médio prazo, ainda que possa gerar certo desconforto no curto prazo.

Os desafios fiscais do Brasil continuam sendo uma preocupação central em 2025. Apesar de o governo reconhecer publicamente a necessidade de ajustes, a condução da política fiscal tem sido marcada por medidas de curto prazo, em detrimento de um planejamento estratégico. A expansão de gastos sem contrapartidas claras, combinada com uma **reforma tributária** tímida, tem alienado o mercado financeiro e gerado desconfiança entre investidores. As promessas de disciplina fiscal frequentemente esbarram em pressões políticas por mais despesas, enfraquecendo o compromisso do país com a responsabilidade fiscal.

Além disso, erros de comunicação e a falta de clareza na formulação de políticas econômicas têm afastado potenciais parceiros comerciais e investidores internacionais. Declarações conflitantes entre membros do governo alimentam a percepção de falta de coordenação e aumentam a volatilidade no mercado. Em vez de priorizar uma narrativa de previsibilidade e estabilidade, o governo parece mais

focado em atender a demandas imediatistas, o que tem prejudicado a percepção do Brasil como um destino confiável para capital estrangeiro. Nesse sentido, um freio de arrumação em 2025 se mostra imprescindível.

No cenário global, o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos marca o início de uma nova fase nas relações comerciais internacionais.

Sua política America first, caracterizada por maior protecionismo, pode trazer desafios para as exportações brasileiras, especialmente em setores como o agronegócio. Além disso, a desaceleração da economia chinesa adiciona uma camada extra de incerteza, dado que a China é o principal destino das exportações brasileiras.

Apesar desses riscos, o Brasil possui vantagens competitivas que podem ser exploradas para mitigar os impactos externos. A diversidade de sua matriz exportadora, aliada à abundância de recursos naturais, coloca o país em uma posição estratégica para atender à demanda global por alimentos e energia, especialmente em um momento de transição energética e mudanças climáticas.

Outro ponto de atenção é a política monetária global. A possibilidade de que os Estados Unidos adotem medidas fiscais expansionistas pode pressionar os juros internacionais, aumentando o custo de captação para países emergentes.

Nesse cenário, será fundamental que o Brasil mantenha a credibilidade de sua política econômica e a estabilidade de suas instituições, como o Banco Central.

Olhando para frente, há razões para otimismo moderado. O Brasil tem uma economia diversificada, um setor agrícola competitivo e um mercado consumidor significativo. Além disso, a transição energética e as demandas por sustentabilidade no cenário global criam oportunidades únicas para o país se posicionar como líder em áreas como bioenergia e agricultura sustentável. É preciso escapar das discussões de curto prazo, colocar a política fiscal em ordem e apontar para essa agenda positiva futura.

Em 2025, o Brasil encontra-se diante de um momento

decisivo. Com planejamento estratégico e foco na execução de reformas, o país pode transformar os desafios atuais em oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Ainda que o caminho seja complexo, o futuro permanece em aberto - e dependerá das escolhas feitas agora para construir uma trajetória mais estável e promissora.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
Brasil entre riscos e oportunidades em um cenário de incertezas

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6893/20-01-2025.html?all=1>



# Brasil é solução, aponta Alckmin

## *Estevão Taiair Brasília*

O Brasil é "solução" e não "problema" para os Estados Unidos em termos comerciais, disse o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, em entrevista ao Valor.

Para Alckmin, o fato de o Brasil comprar mais dos EUA do que vende é um dos motivos pelos quais as relações comerciais bilaterais continuarão crescendo, mesmo com a posse hoje de Donald Trump, o presidente eleito americano. Trump disse em dezembro que o Brasil é um dos países que "cobram muito" dos Estados Unidos em termos comerciais.

Para o vice-presidente e ministro do Mdic, há uma "avenida" para fortalecimento do comércio bilateral, em áreas como inteligência artificial, energia renovável, minerais críticos, infraestrutura, tecnologia da informação e semicondutores. Ele também destaca o papel do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), "um homem do diálogo" e que teve boa relação em seus dois primeiros mandatos com o então presidente americano George W Bush, também do Partido Republicano. Além disso, afirma que Trump está mais "experiente" após o primeiro mandato, o que pode fazer com que o presidente eleito, apesar de retórica mais agressiva, não adote uma política migratória radical. A seguir, os principais trechos da conversa: Valor: Após a eleição do presidente Trump, o senhor disse que o comércio entre Brasil e EUA tinha tudo para crescer. Por quais motivos o senhor acredita nisso?

Geraldo Alckmin: O crescimento do fluxo comercial bilateral está batendo recorde. Em 2024 chegou a quase US\$ 80 bilhões, e é supera-vidária para os EUA. Nós compramos mais do que vendemos aos EUA. Somos solução para eles. Os EUA são o maior investidor do Brasil, é uma amizade que tem 200 anos. É um ganha-ganha.

Valor: Mas, em dezembro, Trump citou o Brasil como um dos países que "cobram muito" dos Estados Unidos. Esse tipo de declaração não gera preocupação?

Alckmin: O Brasil não tem imposto de importação tão elevado. Os EUA vendem muito mais para nós do que nós vendemos a eles. Não há problema no Brasil. A balança comercial cresce dos dois lados, e é importantíssima para nós porque é diversificada e de

alto valor agregado. Para o futuro, temos oportunidades positivas em várias áreas de ponta para um salto de qualidade na relação comercial: inteligência artificial, energia renovável, minerais críticos, infraes- "Para o futuro, temos uma avenida de possibilidades de parceria em várias áreas de ponta" trutura, tecnologia da informação, semicondutores. Temos uma avenida de possibilidades de parceria. Valor: Mas o governo brasileiro pensa em alguma estratégia específica para lidar em termos comerciais com o governo Trump no segundo mandato?

Alckmin: Sim, nós temos relação bilateral secular, de 200 anos. O presidente Lula é um homem do diálogo. Já governou com o Partido Republicano nos EUA, com Bush filho, e teve boa relação. É preciso separar relações de Estado de questões partidárias. Vamos trabalhar para fortalecer a relação.

Valor: Na sexta-feira, o senhor destacou a importância da "recomposição tarifária" para manter a competitividade da indústria nacional, afirmando que "o mundo se fecha". Isso não é negativo ao comércio mundial?

Alckmin: Você vive momentos, né? Após a Segunda Guerra Mundial, houve enorme globalização. A pergunta era onde se fabricava bem e barato. Depois da Covid, isso mudou um pouco. Não se consegue fabricar o carro, se faltou um chip. Não tem respirador porque não há mais fábrica de ventiladores. A globalização continua, mas tem novo princípio de precaução. No mundo inteiro, há preocupação dos países em defender suas empresas e seus empregos. Existem ciclos de mais abertura, de maior proteção. Somos muito cautelosos no Mdic na questão tarifária. Quando aumentamos o Imposto de Importação para salvar empresas na área de siderurgia, fizemos cota. Só subia o imposto se as compras extrapolassem determinada cota. No caso da indústria química, a primeira coisa foi fazer o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), para melhorar a competitividade.

Valor: Há temores sobre possíveis impactos indiretos do governo Trump sobre o comércio brasileiro?

Alckmin: Temos que aguardar o que efetivamente vai ocorrer. Não há dúvidas de que houve uma mudança pós-covid no mundo, no sentido de procurar fortalecer um pouco a indústria local. Mas a disposição do Brasil é para o comércio. Temos 2% do PIB do mundo, então 98% do comércio está fora do Brasil. O comércio é fundamental. Os países que mais crescem no mundo

têm no comércio exterior uma força muito grande. Então, o presidente Lula avançou, a Bolívia entrou no Mercosul, o quinto país do bloco. Fizemos o acordo Merco-sul-Singapura, agora o acordo Mercosul-União Européia, o maior do mundo, e estamos avançando no acordo com o Efta (área de livre comércio formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), que também é importante. Isso significa emprego e renda no país. Tem a Licença Flex. Com o Portal Único de comércio, imaginamos reduzir em R\$ 40 bilhões por ano o custo-Brasil. Cada dia que a carga fica parada no aeroporto ou no porto, ela perde 0,8% do seu valor. Desburocratizar, facilitar, reduzir custo é o que fazemos permanentemente. E a **reforma tributária** ajudará, porque desonera a exportação. Há estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostrando que em 15 anos, após implantada, ela poderá elevar as exportações brasileiras em 17% e os investimentos em 14%.

Valor: O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, já disse mais de uma vez que, se os EUA brigarem com a China em termos comerciais, há espaço para o Brasil avançar no mercado chinês. O senhor concorda com essa avaliação?

Alckmin: Sim, no caso de alimentos em especial, porque a China precisa comprar. O Brasil é hoje o grande protagonista nos três grandes temas planetários: segurança alimentar, segurança energética e clima. E finalmente uma palavra sobre a questão migratória. A migração, muitas vezes, ajuda o país. O Estado de São Paulo, que era pequeno dois séculos atrás, hoje tem um **PIB** do tamanho da Argentina. A presença migratória impulsionou a economia. A gente brinca que São Paulo é o Estado onde japonês fala português com sotaque italiano. É cosmopolita. Isso trouxe vigor à atividade econômica. O presidente Trump assume pela segunda vez, e a experiência faz diferença, ajuda. Vamos aguardar, mas acho que teremos aí muitas oportunidades.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50896&maxTouch=0>**

# Veto a ponto da reforma tributária traz apreensão a gestoras

A legislação complementar que regulamentou a **reforma tributária**, como foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, foi um banho de água fria para os setor de gestão de recursos. O texto deixou dúvidas se os fundos de investimentos de maneira geral seriam considerados contribuintes para efeito do imposto e da contribuição sobre bens e serviços (IBS e CBS), e tirou a exceção que estava prevista para as carteiras destinadas às cadeias imobiliária (FII) e do agronegócio (Fiagro).

No fim da sexta-feira, o Ministério da Fazenda esclareceu em nota que sempre defendeu que as aplicações de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários não fossem sujeitas à incidência de IBS e de CBS, e que se for necessário fará ajuste no texto da reforma para deixar isso claro. "Alguns analistas estão avaliando que o veto ao inciso V do art. 26, que previa que os fundos de investimento não seriam contribuintes, poderia permitir a interpretação de que as operações dos fundos com títulos e valores mobiliários poderiam ser tributadas", escreveu a assessoria do ministério.

Se entrasse em vigor como está, a expectativa do mercado de capitais e de investimentos é diminuir a atratividade dos fundos, uma indústria que reúne mais de 41 milhões de contas e R\$ 9,2 trilhões de patrimônio líquido. Com um novo custo dentro dos veículos de investimentos condo-miniais, poderia haver impacto no retorno para os cotistas.

"O veto tira a neutralidade buscada pela reforma, pois coloca os fundos numa condição assimétrica em relação ao investimento direto, que não tem a incidência da tributação pelo IBS/CBS", escreveu a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro de Capitais (Anbima), em nota, antes da manifestação da

Fazenda. "O investidor será um dos mais prejudicados pelas mudanças. Além da incidência do Imposto de Renda, os fundos podem ter a cobrança do IBS/CBS sobre as suas aplicações, o que diminuiria a rentabilidade líquida dos seus investimentos, tomando a aplicação em fundos inviável."

Para a entidade, a mudança traz outros impactos que contribuem com o aumento da assimetria tributária

entre os fundos e outros produtos de investimento, "o que afeta a competitividade dos fundos nos mercados doméstico e internacional". Conforme escreveu, a "Anbima envidará todos os esforços com o governo e com os parlamentares para defender e endereçar a melhor solução para a indústria de fundos brasileira".

De qualquer forma, os investidores foram pegos de surpresa pelo veto presidencial e o índice de fundos imobiliários (Ifix) teve desvalorização de 1,4% na B3 na sexta-feira. Durante a tramitação na Câmara e no Senado, houve acordo para que as carteiras dedicadas ao setor imobiliários e ao agronegócio ficassem livres da cobrança de IBS e CBS desde que fossem fundos efetivamente de mercado, com pelo menos cem cotistas, sem que nenhum detivesse mais de 10% das cotas e que se concentrasse em ativos do setor.

Segundo Vinícius Pimenta Seixas, sócio do Pinheiro Neto que atua com temas tributários, na distribuição dos dividendos, o investidor pessoa física seguirá usufruindo da isenção de imposto, mas a carteira do fundo vai ser onerada. "O ganho normal do aluguel ou a venda do imóvel vão ser capturados [pela tributação], isso impacta drasticamente a remuneração dos cotistas", afirma.

Pimenta entende que o texto da reforma previa mudanças para todos os fundos de investimentos, incluindo os líquidos, que passariam a ser considerados contribuintes. "Os fundos hoje não têm tributação, só no nível do cotista, com a reforma passaria a ser no nível do fundo."

Diversas modificações em relação ao artigo 26 da reforma fariam como efeito prático a transformação de todos os fundos de investimento em contribuintes de IBS e CBS, segundo Diogo Olm Ferreira, sócio de tributário do VBSO Advogados.

Na versão que tinha sido aprovada na Câmara e no Senado, somente veículos que fizessem operações com bens e serviços tributados poderiam eventualmente ser enquadrados, notadamente os fundos de recebíveis (FIDCs), da cadeia imobiliária e do agro-negócio. "Agora, no limite, todos poderiam ser considerados contribuintes e taxados", afirma.

Para o tributarista, apesar de o artigo sexto trazer

previsões em que IBS e CBS não incidem, a exemplo de operações com valores mobiliários, a exceção colocada em outro trecho do projeto, que trata de fornecedores de serviços financeiros que são tributados por regime diferenciado, poderia alcançar esses ativos.

"Em teoria, essas regras não se aplicariam a atividades que se assemelhem à de banco", afirma. Há uma lista ampla que contempla desde custódia e administração, corretagem, até negociação, liquidação e aquisição de ativos, continua o especialista.

Os fundos não são citados explicitamente, mas há uma ressalva de que a companhia que exercer qualquer serviço finan-

"Texto traz fórmula em que eu não consigo dizer qual será a carga do investidor" Carlos Ferrari

ceiro de forma profissional também seria tributada no regime especial. "Os fundos e investidores em geral viraram contribuintes com o veto, e se são contribuintes estão sujeitos às regras gerais", afirma Ferreira.

Para uma fonte do setor a pardas negociações com governo e Congresso, não ficou claro no texto da lei se os fundos líquidos estariam abrangidos. Antes dos vetos, o PLP 68 excluía esses fundos da cobrança dos novos **impostos**, dando segurança jurídica para a operação. "Fundos não são prestadores de serviços e, portanto, não caberia a tributação pelo IBS/CBS", afirma.

Tal cobrança geraria uma dupla tributação sobre os rendimentos dos investidores com a cobrança do Imposto de Renda e agora do IBS. São fatores que colocariam em risco a existência do produto e sua atratividade de um setor que enfrenta a competição dos títulos de crédito isentos de Imposto de Renda para a pessoa física, caso das letras e certificados de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI, LIG LCA, CRI e CRA), além das debêntures de infra estrutura.

Para a indústria de fundos,

uma nova tributação acrescentaria complexidades que pode inviabilizar os fundos de investimentos de maneira geral, afirma Ferreira, do VBSO Advogados. "Não faz sentido diante do objetivo de simplificação que o governo pretende combater", afirma.

A espinha dorsal da reforma, em que o governo prometia simplificar o sistema e não aumentar a carga tributária, já foi fraturada no capítulo dos fundos imobiliários, afirma Carlos Ferrari, sócio do NFA Advogados. "O texto trouxe uma fórmula em que eu

não consigo dizer hoje qual será a carga tributária do investidor em 2026", diz. "O mercado vai encontrar caminhos. Não acho que vá fadar de morte a indústria, mas os custos tendem a ser repassados na cadeia. O governo acabou de transferir este custo para o bolso do investidor ou do locatário."

As regras vetadas pelo presidente Lula traziam hipóteses específicas em que o FII e o Fiagro, ao realizarem operações com bens imóveis, estariam fora da incidência do IBS e da CBS. O racional era permitir que fundos não fossem contribuintes, exceto em

situações específicas, para preservar a eficiência fiscal e o incentivo ao investimento, diz Caio Mal-pighi, tributarista no Vieira Rezende Advogados.

Para os HDCs, foi mantida a regra específica aprovada pelo Congresso: aqueles que não sejam entidades de investimento e que antecipem ou liquidem recebíveis, ou recebíveis de arranjos de pagamento, serão contribuintes do IBS e da CBS. Na avaliação do tributarista, a regra pega os veículos criados por factoring para descontar duplicatas para seus clientes, o que pode deixar o crédito mais caro.

Alcança também aquelas estruturas feitas dentro de casa, por companhias que usam a casca do HDC para uma melhor eficiência tributária. "Tem empresa com um monte de recebível e duplicata com deságio, daí reduz o deságio do IR a pagar e coloca na carteira isenta do FIDC", afirma. "Se liquidar recebível antecipadamente e não for entidade de investimento, se for apenas um veículo patrimonial, que não é usado para atrair investidores, e sim para gerir o patrimônio, vai pagar, é justamente o que a regra procura combater."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188094>

# O que temos a comemorar na reforma tributária?

E2

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

O que temos a comemorar na [reforma tributária](#)?

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188094>



# Dívida pública preocupa, mas não é insustentável (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez**

Claudio Adilson Gonzalez - Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Analisar o desempenho das contas públicas apenas com base nos resultados fiscais convencionais (RFC) pode levar a conclusões enganosas, principalmente se o objetivo for projetar seus impactos sobre a sustentabilidade da dívida do governo.

O ideal é acompanhar o resultado fiscal estrutural (RFE), que exclui do RFC os eventos não recorrentes, tanto nas despesas como nas receitas, bem como os efeitos advindos dos ciclos econômicos.

Em períodos em que o **PIB** efetivo supera o potencial (excesso de ocupação), as receitas inclinam-se a crescer acima da tendência e, teoricamente, há certo alívio em algumas despesas, como seguro-desemprego, por exemplo. Quando o ciclo econômico for de contração, com o **PIB** efetivo abaixo do potencial, ocorre o contrário, ou seja, as receitas caem atipicamente e há maior pressão para gastos.

Recentemente, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda apresentou relatório com as estimativas dos RFE, desde 1997 até o terceiro trimestre de 2024, empregando nova e acurada metodologia, e com abertura para União, Estados e municípios. Alguns números merecem destaque.

No período 2016-2022, o RFE da União registrou em média déficit de 0,95% do **PIB** potencial, tendo sido próximo a zero somente em 2021, muito ajudado pelo aumento da **inflação** naquele ano. Por exemplo, o decantado superávit fiscal de 2022 correspondeu na realidade a um déficit estrutural de 0,8% do **PIB** potencial. Ainda na União, em 2023, o déficit estrutural subiu para 2% do **PIB** potencial, em parte pela liberação de despesas represadas, mas caiu para 1,2% do **PIB** nos três primeiros trimestres de 2024 e tende a ser menor em 2025. Ou seja, a deterioração fiscal é evidente, mas o processo não é recente e os números atuais não são explosivos.

O economista Bráulio Borges (LCA Consultores e FGV

ibre) mostrou que todas as projeções de arrecadação, inclusive as do próprio governo, não levam em conta os efeitos potencialmente positivos do esgotamento do enorme estoque de compensações tributárias decorrente da decisão do STF de excluir, retroativamente a 2017, o ICMS da base de cálculo do Pis-Cofins, nem o fim, já aprovado em lei, de várias desonerações. Também não incluem o provável forte crescimento da arrecadação do óleo-lucro do pré-sal. Tudo somado, estamos falando em um aumento potencial de arrecadação (sobre 2024) de 1,5% a 2,0% do **PIB**, até o fim da década.

E, a prazo mais longo, a reforma dos **impostos** indiretos poderá reduzir expressivamente as renúncias de receitas dos Estados e municípios.

Além disso, apesar das dificuldades políticas atuais, há espaço para racionalização das regras de evolução das despesas obrigatórias e o juro real, hoje em quase 10% ao ano, mais cedo ou mais tarde, voltará para o neutro (entre 4,5% e 5,0% ao ano).

A situação fiscal preocupa, mas a trajetória da dívida pública não é necessariamente explosiva.

Apesar das dificuldades políticas, há espaço para racionalização das regras de evolução das despesas obrigatórias e o juro real

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O governo acertou ou errou ao recuar na crise do Pix?

**THIAGO PRADO**

Na semana passada, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, foi a público defender em vídeo a decisão do governo de revogar a portaria da **Receita Federal** que aumentaria a fiscalização nas transações via Pix. O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), e o ex-líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, externaram o oposto: acharam errado o Planalto voltar atrás na medida após o vídeo viral de milhões de visualizações do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG).

O assunto divide não só a base aliada do presidente Lula, mas estrategistas de campanha, especialistas em comunicação digital e donos de institutos de pesquisa. O GLOBO ouviu dez profissionais relevantes dessas áreas e encontrou as mais variadas opiniões sobre os fatos da semana passada, que geraram uma das maiores crises enfrentadas pelo governo do PT até agora.

Paulo Vasconcelos e Renato Pereira, adversários no Rio em 2022 ao coordenar, respectivamente, as campanhas do governador Cláudio Castro (PL) e do ex-deputado federal Marcelo Freixo (PSB), discordam sobre a tática utilizada pelo governo, mas têm um ponto em comum: ambos consideram que o deputado Nikolas não disse mentiras no seu vídeo e que as falas do parlamentar estiveram ancoradas apenas em argumentos legítimos.

- Não houve fake news, mas sim o exagero comum às narrativas políticas. E em qual mundo isso aconteceu? No mundo do Lula. Da empregada doméstica, do lavador de carro, do encanador, ou seja, toda a turma que vive do Pix tomou um susto após o alerta do Nikolas. E aí ele ganhou em credibilidade, o que é muito ruim para a esquerda. O recuo não deveria ter acontecido do jeito que aconteceu. Lula tinha que ter mandado alguém embora, ele precisa parar de matar no peito as coisas - diz Paulo Vasconcelos.

Renato Pereira afirma que "o governo acertou em revogar a medida, mas não reverteu o desastre":

- A revogação, na verdade, sinaliza que não era fake news. Ninguém estava dizendo que o governo ia taxar diretamente o Pix das pessoas. O governo ia usar o Pix para monitorar as movimentações financeiras dos contribuintes e, com base nisso, passaria a cobrar

mais imposto. Portanto, o Pix ia ser usado para taxar os brasileiros, sim.

Mario Rosa, gestor de crise que trabalhou na campanha do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, com o marque-teiro Duda Lima, que orientou o PL na crise do Pix, também acha que o governo fez o certo.

- Em momentos como esse, não há o bom e o ruim. Há o ruim e o pior. Recuar estancou a crise.

## CRENÇA NA TAXAÇÃO

Quem mexe com pesquisas eleitorais ficou impressionado com os dados da Quaest na última sexta-feira, que apontaram que 67% da população ainda acredita que o governo possa cobrar **impostos** sobre a modalidade de transferência.

-O governo acertou ao reduzir o dano. Não é que o brasileiro achou que seria criado um novo imposto. Ele achou, corretamente, que o governo estava entregando uma lupa para o Leão. E aí esses profissionais que hoje são MEI (microempreendedor individual) não gostaram da notícia de que seriam melhor fiscalizados. Eles se sentiram mais vulneráveis às investigações da Receita - afirma Antonio Lavareda, do Ipespe.

Mareia Cavallari, CEO do Ipec, complementa:

- O problema é que, independentemente da forma, a medida já está contaminada com uma imagem negativa do governo junto à população brasileira.

O CEO do AtlasIntel, Andrei Roman, e o dono do instituto Locomotiva, Renato Meirelles, vão por outro caminho: acham que o Planalto errou no recuo.

- O governo deixou na mão os defensores das medidas e ofereceu munição para que a oposição saísse como vitoriosa. Foi pouco inteligente - pontua Meirelles.

Roman entende que, da forma como o recuo foi anunciado, o governo inflamou ainda mais a situação.

- O secretário da **Receita Federal** (Robinson Barreirinhas) disse que uma batalha foi perdida, mas a guerra continua. Que guerra é essa? Não ficou claro.

O governo quer combater golpes e fraudes fiscais em cima de um limite fiscal tão baixo de movimentações de R\$ 5 mil?-questiona.

Duas das maiores empresas brasileiras de monitoramento dos fluxos de informação na internet também têm os seus diretores com opiniões divergentes.

- Entendo que a decisão de recuar entrega nas mãos da oposição uma vitória que poderia ter sido evitada. A melhor maneira de enfrentar esse movimento seria entender a nova dinâmica da opinião pública e levar a informação aonde está a audiência, independente do canal, veículo ou plataforma - defende Manoel Fernandes, da Bites.

Pedro Bruzzi, da Arquimedes, diz que "a decisão foi correta, pois a crise tomou proporções maiores e há um contexto de quebra de confiança do governo neste tema":

- No caso da taxaçaõ de compras internacionais, Lula e (o ministro da Fazenda) Fernando Haddad falaram que não haveria, e aconteceu. No fim do ano, o governo prometeu isençaõ de R\$ 5 mil e não passou daquilo, nada aconteceu até agora.

Nas redes sociais, quatro temas vêm afetando a popularidade do governo nas últimas semanas, três deles ligados à economia e um, surpreendentemente, à educação, afirma Marcos Carvalho, da AM4, responsável pela campanha de Jair Bolsonaro ao Planalto em 2018: Pix, **inflação**, gastos públicos e a proibição de celulares nas escolas.

- A medida trouxe grande desgaste em grande parte da população, sobretudo entre os mais jovens - diz Carvalho sobre um assunto até agora pouco abordado. - Embora a medida tenha tido apoio de parte da população, o desafio está na implementação.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Promessa de uma nova 'era dourada' embute riscos

**Humberto Saccomandi Para o Valor, de São Paulo**

Donald Trump assume hoje a presidência dos Estados Unidos e deve começar a colocar em prática o seu altamente polêmico programa econômico. Há muita expectativa nos mercados, com uma mistura de otimismo e apreensão. O novo governo promete uma "era dourada" para os EUA. Mas há também riscos. Confiança é fundamental para o bom funcionamento da economia, e medidas disruptivas e que gerem incertezas podem causar mais dano do que benefícios.

Espera-se que Trump assine uma série de decretos ainda hoje. Durante a campanha eleitoral, ele disse que não seria um ditador, a não ser no primeiro dia de mandato. Um senador republicano previu uma "tempestade" de medidas, numa estratégia de "choque e pavor" (shock and awe), uma expressão usada em contexto militar para indicar uma força avassaladora.

A política econômica de Trump, pelo que o presidente e seus assessores vêm dizendo, será baseada em: cortes de **impostos**, cortes de gasto público, desregulamentação, sobretaxas à importação para reduzir o déficit comercial, comércio exterior controlado, reindustrialização e aumento da produção de combustíveis fósseis.

Se bem executado, esse programa tem o potencial de acelerar o crescimento da economia americana. O resto do mundo se beneficiaria dessa expansão mais forte dos EUA. E poderia haver um estímulo para uma onda global de reformas estruturais e maior inovação, no sentido de tomar as economias mais eficientes, produtivas e competitivas. Alguns países e setores podem ser prejudicados pelo maior protecionismo comercial americano. China e México são alvos óbvios, mas certamente não serão os únicos. E outros podem se beneficiar de um desvio de comércio.

Esse programa ignora qualquer tipo de política climática de redução de emissões, até porque Trump considera o aquecimento global uma farsa.

Mas a Trumponomic embute também vários riscos.

Internamente, o mais importante é o descasamento entre os cortes de **impostos** (mais fáceis de aprovar no Congresso) e os cortes de gastos (cuja aprovação

é mais difícil e incerta). Trump prometeu reduzir o imposto de renda das empresas e outros **impostos**, como os que incidem sobre gorjetas e horas-extras trabalhadas. No caso do gasto público, faltam detalhes sobre onde e quanto cortar. Caso o governo corte mais receita do que despesa, elevará o déficit fiscal. Esse déficit deve ter fechado 2024 em torno de 6,4% do **PIB**, um nível sem precedentes na história dos EUA em tempos de paz e sem emergências (como uma recessão ou pandemia). O déficit alto eleva a dívida pública, que deve superar US\$ 30 trilhões neste ano e também é recorde.

No seu primeiro governo, Trump alegou que o corte de **impostos** das empresas se pagaria, pois resultaria em mais investimentos, produção e empregos, o que elevaria crescimento da economia e geraria, conseqüentemente, mais arrecadação. Mas isso não ocorreu, pelo menos não na escala esperada, e o déficit subiu.

Existe preocupação nos mercados financeiros com uma possível deterioração da situação fiscal americana. Desde setembro, o prêmio (yield) cobrado da dívida pública americana no mercado secundário vem subindo, o que traz vários efeitos negativos para a economia dos Estados Unidos e global, como o aumento do custo de financiamento do governo e do setor privado.

A possibilidade de um repique da **inflação** é o outro risco importante. Um aumento do déficit público pressionaria o custo do capital e, conseqüentemente, os preços na economia. Tarifas de importação maiores também seriam, provavelmente, repassadas ao consumidor. Substituir produtos importados mais baratos por produtos americanos mais caros também aqueceria os preços. O emprego na indústria nos EUA está no maior patamar desde 2008, e um repentino aumento da produção acabaria elevando os salários. Além disso, a proposta de realizar uma deportação em massa de estrangeiros sem documentos nos EUA pode também causar uma redução de mão de obra disponível e gerar aumentos de salários.

Se a **inflação** voltar a subir, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) talvez tenha de retomar a política de aumento dos juros, o que prejudicaria o crescimento econômico. Segundo a mídia americana, a equipe de Trump avalia medidas para mitigar esse

risco inflacionário, como um aumento gradual das tarifas de importação.

O aumento de tarifas de importação também traz riscos. Trump prometeu criar ainda hoje um External Revenue Service, uma **receita federal** para coletar novas tarifas aplicadas a produtos estrangeiros. Não está claro se essas tarifas serão anunciadas hoje. Durante a campanha, ele defendeu sobretaxar em 60% produtos importados da China e em 10% os de outros países. O objetivo seria trazer produção de volta para os EUA.

Isso ameaça deflagrar uma nova guerra comercial global, com retaliação dos países atingidos, o que seria altamente disruptivo para a economia global. Num ambiente incerto de alta do protecionismo e guerra de tarifas, há o risco de de-sestabilização das cadeias de produção global e de as empresas frearem investimentos até saberem onde é mais conveniente investir. Menos investimento resulta em menos crescimento.

Incertezas em relação ao dólar são outro risco. As tarifas comerciais e o estímulo ao investimento nos EUA tendem a apreciar o dólar. Uma política fiscal frouxa e um eventual aperto monetário também fortaleceriam a moeda americana. Isso na verdade já está acontecendo em todo o mundo. O yuan chinês está no menor patamar em 16 meses em relação ao dólar. Incertezas são ruins para os negócios, os investimentos e a economia toda ao dólar. O real também caiu muito nos últimos meses.

Trump e alguns de seus assessores já criticaram a política de manter o dólar forte, dizendo que isso beneficia os parceiros comerciais e custa empregos nos EUA. Já Scott Bessent, indicado para secretário do Tesouro, parece apoiar o dólar forte. Essa valorização do dólar tende de fato a neutralizar uma parte das sobretaxas comerciais, pois se os EUA taxarem um produto brasileiro em 10%, mas o real tiver se desvalorizado o mesmo ou mais, esse produto seguirá competitivo no mercado americano.

Mas o dólar alto encarece a dívida externa, dificulta o financiamento de governos e empresas, principalmente nos países emergentes, trazendo o risco de instabilidade nos mercados financeiros. E tende a prejudicar o comércio global, ao encarecer todos os produtos importados. Uma volatilidade maior do dólar já é em si um fator negativo, pois dificulta o comércio e o financiamento pelo mundo.

Por fim, há o risco de a Trumponomics agravar ainda mais as tensões geopolíticas pelo mundo, num momento em que a relação entre as principais potências já não é colaborativa. Isso dificultaria a

governança global e inibiria a cooperação. E poderia estimular comportamentos agressivos da parte de outros países. A China, por exemplo, se pressionada demais economicamente, poderia decidir invadir e anexar Taiwan, como forma de gerar um clima de união nacional.

Incertezas são ruins para os negócios, os investimentos e a economia como um todo. Quanto mais incertezas Trump semear neste início de governo, maior é o risco de seu programa econômico fracassar. A gestão, o timing e a comunicação da nova política econômica dos EUA estarão sob o olhar atento de todo o mundo.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50896&maxTouch=0>**



# Mundo está perdendo a guerra contra a desigualdade, diz Oxfam

**Mônica Scaramuzzo De São Paulo**

A desigualdade se acentuou novamente em 2024, mostra o mais novo relatório da organização não governamental Oxfam, que será divulgado, hoje, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, nos Alpes suíços. Em "As custas de quem: a origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo", a ONG salienta a desigualdade, enquanto as elites empresariais se reúnem na cidade suíça, e o bilionário Donald Trump, apoiado pelo homem mais rico do mundo, Elon Musk, é empossado como presidente dos Estados Unidos.

Os dados de 2024 mostram que a riqueza dos bilionários cresceu em US\$ 2 trilhões em 2024, o equivalente a cerca de US\$ 5,7 bilhões por dia, a uma taxa três vezes mais rápida que no ano anterior. Em média, quatro novos bilionários surgiram a cada semana. Enquanto isso, o número de pessoas vivendo na pobreza não teve alteração desde 1990, de acordo com dados do Banco Mundial.

"O levantamento deste ano tem dois objetivos. Acho que o principal é mostrar que a gente está perdendo essa guerra contra a desigualdade. As pessoas ricas estão ficando muito mais ricas cada vez mais depressa", disse Viviana Santiago, diretora da Oxfam Brasil, ao Valor. "Isso significa que tem todo um sistema estruturado para garantir essa acumulação. O segundo ponto que precisa ser dito é que é preciso tentar desmantelar essa lógica de que as pessoas que são super-ricas merecem estar dentro do direito divino dos ricos." De acordo com a Oxfam, o número de bilionários subiu para 2.769 em 2024, contra 2.565 em 2023. Suas riquezas combinadas aumentaram de US\$ 13 trilhões para US\$ 15 trilhões em apenas 12 meses. Este é o segundo maior aumento anual na riqueza dos bilionários desde o início dos registros. A fortuna dos dez homens mais ricos do mundo cresceu em média quase US\$ 100 milhões por dia - mesmo que perdessem 99% de sua riqueza da noite para o dia, ainda permaneceriam bilionários.

No ano passado, a Oxfam previu o surgimento do primeiro trilhão dentro de uma década. No entanto, com o aumento acelerado da riqueza dos bilionários, essa projeção se expandiu dramaticamente - a taxas atuais, o mundo agora está a caminho de ter pelo menos cinco trilionários dentro desse período.

"Daqui a uma década, nós teremos cinco trilionários no mundo. Daqui a pouco, nosso discurso não vai ser mais sobre bilionários. Nunca uma pessoa "Daqui a uma década, teremos cinco trilionários no mundo" Viviana Santiago no mundo possuiu tanto e a gente estava falando de um [trilionário]. Agora serão cinco exponencialmente. O que significa essas pessoas estarem com tanto dinheiro e tantas pessoas não terem nada?", questiona Santiago.

Para a Oxfam, o auge dessa oligarquia é um presidente bilionário, apoiado e comprado pelo homem mais rico do mundo, Elon Musk, governando a maior economia do planeta. "Apresentamos este relatório como um alerta severo de que as pessoas comuns em todo o mundo estão sendo esmagadas pela enorme riqueza de um número ínfimo de pessoas", disse Amitabh Behar, diretor-executivo da Oxfam Internacional, em **comunicado** à imprensa.

O relatório também destaca como, ao contrário da percepção popular, a riqueza dos bilionários é em grande parte não merecida - 60% da riqueza dos bilionários de hoje vem de herança, monopólio ou conexões com poderosos. A riqueza imerecida e o colonialismo - entendidos não apenas como uma história de extração brutal de riqueza, mas também como uma força poderosa por trás dos níveis extremos de desigualdade atuais - são dois dos principais impulsores da acumulação de riqueza dos bilionários, de acordo com a ONG.

A Oxfam calcula que 36% da riqueza dos bilionários agora é fruto de herança. Pesquisa da Forbes descobriu que todos os bilionários com menos de 30 anos herdaram sua riqueza, enquanto o UBS estima que mais de 1.000 dos bilionários atuais passarão mais de US\$ 5,2 trilhões para seus herdeiros nas próximas duas a três décadas.

Muitos dos super-ricos, particularmente na Europa, devem parte de sua riqueza ao colonialismo histórico e à exploração de países mais pobres. Por exemplo, a fortuna do bilionário Vincent Bolloré, que colocou seu vasto império midiático a serviço da direita nacionalista da França, e que foi construída, em parte, por atividades coloniais na África.

De acordo com Viviana Santiago, o sistema financeiro,

principalmente no que diz respeito à taxaço, é completamente ineficiente e continua produzindo a riqueza. "E fazendo com que os pobres continuem pobres, porque a lógica da taxaço está equivocada. Hoje, todos esses bilionários, abaixo de 30 anos, eles herdaram. Eles não trabalharam para ser bilionários, eles herdaram. Então, quando é que a gente vai falar dos **impostos** sobre transmissão de renda?", afirma.

Santiago reforça que 70% dos países em que esses bilionários vivem não taxam. Não taxam a transmissão de herança de forma efetiva, e quem taxa, não é de forma efetiva. "Quando a gente pensa na dívida, tem países do sul global comprometendo mais de 60% do seu orçamento com pagamento de dívida. E aí, você não consegue ter economia, você não consegue ter política pública, você não consegue ter saúde, ter educação, porque você está pagando juros."

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50896&maxTouch=0>**

# 'Para Trump, não precisamos mais de uma ordem mundial baseada em regras'

**Luiza Palermo De São Paulo**

A posse do presidente eleito Donald Trump hoje abre precedentes para uma nova ordem não só nos Estados Unidos, mas também no mundo, afirma Alexander Keyssar, professor de história e ciências políticas na Universidade de Harvard. Para ele, o retorno do republicano à Casa Branca marcará uma "reapropriação do poder" por seus grandes interesses, ao impor uma agenda que favorece uma postura mais agressiva no cenário internacional. Esse movimento levanta preocupações sobre o rumo do país nos próximos anos e sobre a postura do novo governo frente a desafios internos e externos.

Em entrevista ao Valor, Keyssar observa que se a era pós-Segunda Guerra Mundial foi um período dominado pelos EUA em um sistema de "ordem baseada em regras", agora, Trump está dizendo que os EUA não precisam mais de uma ordem baseada em regras. "Podemos simplesmente usar nossa força", afirmou.

Porém, internamente, Keyssar aponta ainda que há dúvida sobre até que ponto Trump será capaz de impor suas vontades no Congresso e na Suprema Corte, apesar do controle republicano nas outras esferas do poder.

Leia a seguir entrevista concedida por telefone: Valor: Como o sr. avalia o clima político nos EUA com a posse de Donald Trump?

Alexander Keyssar: Acho que o clima político está muito dividido. Há muita raiva entre os partidos. Por exemplo, se olharmos para qualquer uma das audiências do Congresso, como a do Senado para o indicado ao cargo de secretário de Defesa, os senadores dos dois partidos parecem viver em universos diferentes... e realmente vivem, e parecem bastante hostis uns com os outros. Acho que as pessoas que apoiam Trump, e são muitas, estão ansiosas por sua posse e pelos próximos anos. Entre seus apoiadores mais ricos, acredito que muitos estão esperando receber as "recompensas" políticas prometidas e esperam que elas realmente se concretizem. Por exemplo, aqueles que são a favor de aumentar as tarifas para todo mundo - será que isso realmente vai acontecer? Será que realmente vão ver milhões de migrantes sendo expulsos? Acho que entre os apoiadores de Trump há esse sentimento de

esperar para ver o que vai acontecer.

Entre aqueles que não apoiam Trump há uma espécie de "resignação apreensiva" - se é possível usar essas duas palavras juntas. É um sentimento de grande preocupação sobre o que vai acontecer e de impotência para fazer algo a respeito. Estamos esperando para ver exatamente o que acontecerá e onde as coisas podem desmoronar ou ficar muito difíceis. Mas essa é a perspectiva de uma pessoa branca de classe média alta. Se eu fosse um imigrante brasileiro sem documentos, por exemplo, estaria muito preocupado.

Valor: Antes mesmo de sua posse, Trump já tem causado instabilidade fora dos EUA, com ataques a líderes de outros países, promessas de tarifas e ameaças de anexar outras nações. O que esse período de transição revela sobre o que podemos esperar do segundo mandato?

Keyssar: Trump anunciou que quer retomar a uma era de colonialismo do século 21, dizendo que gostaríamos de ter o Panamá, a Groenlândia e, por que não?, o Canadá. Inicialmente, acho que as pessoas pensaram que era apenas uma piada, mas está claro que ele quer afirmar o poder americano de uma maneira mais ou menos imperial. Não acredito que ele esteja realmente disposto a ir à guerra para isso. Mas acho que, se a era pós-Segunda Guerra Mundial foi um período dominado pelos EUA em um sistema de "ordem baseada em regras" - regras que todos concordaram, embora beneficiassem principalmente os EUA e a Europa Ocidental -, agora, ele está dizendo que não precisamos mais de uma ordem baseada em regras. Podemos simplesmente usar nossa força. O fato de ele ter pessoas como Elon Musk, que parece ter se tornado o "par" de Trump, apoiando partidos de extrema-direita na Alemanha e em outros lugares, gera, na minha opinião, razões para preocupação e apreensão no campo das relações internacionais. Se eu fosse um membro do governo, seja no Reino Unido, França ou Alemanha, estaria muito preocupado. Por outro lado, não tenho certeza de quanto Trump realmente se importa com essas questões. E também não sei quais lutas ele está disposto a travar para conseguir algo como a Groenlândia.

Valor: Após a eleição havia preocupação sobre quem

poderia limitar o poder de Trump, dado o fortalecimento dos republicanos. Mas, durante esta transição, vimos a Suprema Corte rejeitar sua apelação para suspender a sentença em um de seus casos criminais e parte dos republicanos na Câmara rejeitarem sua demanda de suspender o teto da dívida. Ele poderá ser limitado pelos outros poderes?

Keyssar: Acho que o caso da Suprema Corte e o dos republicanos no Congresso são diferentes. A Suprema Corte praticamente se dobrou [a Trump] no ano passado para conceder imunidade ao presidente dos EUA para todos os crimes. E, ao longo dos anos, a Corte se inclinou para apoiar Trump em várias questões. Essa decisão de negar o pedido de Trump me pareceu um esforço para tentar preservar algum senso de independência política para a Corte, que estava começando a parecer apenas um braço do governo Trump. Creio que esse padrão pode continuar. Acho que a Corte vai, na maioria das vezes, endossar o que Trump quiser, mas ocasionalmente erguerá uma placa de "pare" como uma forma de mostrar que ainda possui autonomia.

No caso do Congresso, está claro que os republicanos estão muito receosos de Trump. Vimos isso nas audiências de confirmação recentes. Os republicanos provavelmente apoiarão quase todos os indicados restantes. Mas há questões em que os republicanos estão e continuarão divididos. Uma, que é crucial para o círculo de Trump, é a questão entre cortes de **impostos** e déficits. Cortes de **impostos** aumentarão os déficits, a menos que consigam cortar drasticamente programas sociais, algo improvável. Eles podem cortar um pouco mais, mas não há muito espaço para isso. Também haverá divisões entre os republicanos sobre a aplicação de leis rigorosas de imigração e políticas de fronteira, dependendo de onde eles vivem e suas bases eleitorais. Portanto, há questões substanciais em que o Partido Republicano não está unido, e isso servirá como um certo controle das vontades de Trump. Afinal, eles precisam manter quase unanimidade, especialmente na Câmara, para aprovar qualquer coisa, a menos que consigam apoio dos democratas, algo improvável. Assim, acho que terão dificuldades para aprovar medidas importantes.

Valor: Outra figura que se tornou central tanto na eleição de Trump quanto neste período de transição foi Elon Musk, e outros grandes empresários americanos. Essas figuras irão influenciar o novo governo?

Keyssar: Eles todos querem **impostos** mais baixos, e Musk parece estar completamente imerso na ideia de cortar os gastos do governo para que possamos ter **impostos** mais baixos e menos regulamentação. Quero dizer, ele é uma pessoa do mercado livre do

século 21. Ele é um liberal no sentido europeu da palavra [a favor de um Estado menor e do livre comércio]. Mas, às vezes, algumas dessas pessoas têm interesses divergentes. Ao contrário de Trump, Musk está menos interessado em punir a China, porque ele tem muitos negócios lá e não quer colocar isso em risco. Nem todas as empresas têm interesses idênticos, e acho que isso vai se mostrar. Mas o que estamos vendo, em um grau notável, é o que eu chamaria de "contrarrevolução do grande capital". Acho que isso é o que o segundo governo Trump é: a reapropriação do poder. A tentativa de reapropriar completamente o poder por interesses capitalistas majoritários e fazer isso de uma maneira que significa eliminar muitos elementos do Estado do século 20, que foram projetados para limitar o poder do capital.

Valor: Musk será o líder do Departamento de Eficiência Governamental criado por Trump. Ele realmente terá poder?

Keyssar: Não é um verdadeiro Departamento. É basicamente uma espécie de clube dos amigos musculosos de Musk. Eles não são funcionários do governo. Embora pareça haver muitas pessoas que fizeram parte disso, e presumivelmente alguém está pagando-lhes, mas não sabemos quem. Mas não é um verdadeiro Departamento do governo, e não se tornará um. A minha previsão é que em seis meses ele estará ou desaparecido ou reduzido a um pequeno escritório em algum lugar. Acho que vão emitir algum tipo de relatório, vão afirmar vitória, dizendo que reduziram os gastos e tornaram tudo mais eficiente.

Valor: Após a derrota eleitoral de novembro, qual é o caminho para os democratas recuperarem a confiança dos eleitores americanos?

Keyssar: Acho que o Partido Democrata tem que fazer algumas coisas diferentes. Também devemos reconhecer que não está claro o quanto é um partido em si, em vez de uma espécie de associação de pessoas, porque há diferentes alas do partido que querem coisas diferentes. A primeira coisa que eles precisam fazer é se estabelecerem como uma verdadeira oposição que se manterá firme nos princípios e na defesa dos trabalhadores, e talvez realmente impedir que algumas coisas aconteçam. Afinal, neste momento, as margens em ambas as casas do Congresso são muito apertadas. E depois precisam descobrir uma maneira, em termos de políticas quanto de retórica, de lidar com a tensão que existe entre política de identidade e de classe. Desde 1988, começando com Bill Clinton, o Partido Democrata abandonou a política de classe em favor da política de identidade. A política de identidade significa ser o partido dos direitos dos negros, dos latinos, das mulheres, dos gays, dos trans, e

claramente, o que aconteceu na última eleição foi que eles perderam terreno entre os trabalhadores, que estavam muito mais preocupados com questões econômicas.

Valor: Durante o governo Biden, a economia cresceu forte e criou milhões de empregos, mas a opinião pública sobre o desempenho econômico é amplamente negativa. O que explica essa discrepância?

Keyssar: Acho que o que explica essa discrepância é que o desemprego mais alto afeta uma porcentagem da população, enquanto a **inflação** mais alta afeta todo mundo. O governo foi responsável por estimular a economia para nos tirar da crise causada pela pandemia e minimizar o desemprego, e fez isso à custa de **inflação**. O problema é que todo mundo sentiu a **inflação**. E para a maioria das pessoas, não importava se estavam empregados ou não. A outra coisa é que, e isso é algo que importa em todos os países, o público americano não é muito letrado em economia. Eles não procuram as causas ou dinâmicas. Eles estavam denunciando Biden sendo que parte da **inflação** tinha a ver com a pandemia. Mas o público americano não entende nem mesmo muitas das noções mais básicas das dinâmicas econômicas, reagem de maneira simples, culpando quem está no poder ou dando crédito a quem está no poder. Nos dois casos, acho que a maioria dos presidentes não merece tanto crédito pela economia. Os democratas não souberam falar sobre suas próprias políticas econômicas e sobre as escolhas que fizeram. E isso lhes custou. Acho que esse é outro desafio que eles enfrentam neste partido. Trump vai lidar com essas questões simplesmente culpando outra pessoa. Se começar a ter **inflação** dramática ou alto desemprego, ele vai culpar o governo democrata da Califórnia ou a premiê da Dinamarca. Mas os democratas fizeram um péssimo trabalho se promovendo, e Biden fez um péssimo trabalho tentando explicar isso.

Valor: O senhor acredita que Trump vai colher os benefícios das políticas econômicas de Biden, ou vai arruinar tudo com tarifas?

Keyssar: Acho que ambos. Acho que você vai vê-lo, na próxima semana ou daqui a duas semanas, afirmar que é a melhor economia de todos os tempos e que isso é porque ele foi eleito. E então, acho que ele vai começar a introduzir algum tipo de tarifas ou algo assim, e vai bagunçar a economia. E aí, vai procurar outra pessoa para culpar.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50896&maxTouch=0>



# O Brasil diante de Trump - HENRIQUE MEIRELLES

## HENRIQUE MEIRELLES

Henrique Meirelles EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

A partir desta semana, o mundo começa a descobrir o que era oratória de campanha e o que será de fato colocado em prática pelo governo Trump. Ao Brasil, o que mais interessa serão as eventuais atitudes protecionistas prometidas. Tempos difíceis podem vir e o Brasil precisa estar preparado para atravessá-los.

O principal alvo de Trump é a China. Segundo dados divulgados na semana passada, a China teve um superávit comercial de US\$ 990 bilhões em 2024. É uma enormidade. Trump quer impor taxas a produtos chineses para que - no seu entender - empresas americanas retomem o mercado interno, exportem mais e gerem mais empregos para americanos.

As coisas são mais complicadas que isso. Medidas protecionistas podem levar a um aumento da inflação nos Estados Unidos.

Inflação alta significa juros mais altos, menor crescimento e pode fazer com que investidores migrem suas posições em países emergentes para títulos americanos.

Isso sem falar no abalo no comércio internacional.

Crises nunca chegam em boa hora. Se as atitudes de Trump levarem a uma, o Brasil não está no seu melhor momento para enfrentá-la. Existe uma preocupação do mercado em relação às suas contas. O Estadão mostrou na semana passada que o Tesouro Nacional tem pagado taxas mais altas para se financiar.

Além de o ajuste fiscal ter sido desidratado pelo Congresso, foi aprovado também um plano de renegociação da dívida dos Estados que pode gerar R\$ 100 bilhões em gastos extras para os próximos cinco anos. Em resumo, o Brasil precisa tomar medidas mais fortes do que as do ano passado para gastar menos, buscar equilíbrio fiscal e, assim, reduzir a trajetória de elevação da dívida pública, que está na casa dos 78% do PIB, um patamar alto para países emergentes.

O Banco Central já estabeleceu que elevará os juros

em ao menos mais dois pontos percentuais.

As projeções do relatório Focus indicam um crescimento menor este ano, na casa dos 2%, o que faz sentido diante do cenário de juros e dólar mais altos. No ano passado, a Bolsa brasileira recuou 35% em dólar.

É um sinal de desconfiança.

Em momentos de crise, discursos políticos não adiantam muita coisa. O importante é a demonstração de responsabilidade fiscal e de estabilidade da economia. Espero que o governo coloque em prática uma nova rodada de medidas de ajuste nas contas públicas, como foi anunciado pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, para suprir a insuficiência do pacote do ano passado. O melhor que o Brasil pode fazer durante o governo Trump é ter sua economia em ordem.

Brasil não está no melhor momento para enfrentar uma possível crise gerada por Trump

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>